

Galvésias: a recuperação da economia virá no segundo semestre.

O ministro diz que vários fatores contribuirão para que isto aconteça:

acerto das contas externas, o superávit comercial e a redução do déficit público, além da queda da inflação. "É importante acreditar que nós temos pela frente um declínio da inflação."

A recuperação da economia virá no segundo semestre, com a queda da inflação. Mas o declínio mais acentuado dos preços já começará a ser notado em abril e maio, para quando o governo espera taxas de 8,5% e 9%. A afirmação foi feita ontem no Rio pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvésias, na solenidade em que o empresário Germano de Brito Lira foi reempossado pela sétima vez na presidência da Adecif (Associação dos Diretores das Empresas de Crédito Investimento e Financiamento).

— É importante acreditar que nós temos pela frente um declínio da inflação, disse o ministro, assegurando que os números sobre o desemprego "vêm sofrendo profundas alterações, principalmente em São Paulo, cuja oferta de emprego cresce mais do que a taxa de desemprego".

Segundo o ministro, vários fatores asseguram a recuperação: o superávit comercial, a redução do déficit em transações correntes, a eliminação do déficit público. Ainda que os juros aumentem nos Estados Unidos, a execução destas metas está garantida.

Além disso, as altas dos preços agrícolas não deverão pressionar tanto os índices inflacionários, como aconteceu no ano passado: "A confiança que nós temos com relação às medidas que foram tomadas e com a resposta que a agricultura dá na presente safra é que estes preços (agrícolas) não continuarão elevados, razão pela qual o processo inflacionário entrará em declínio. Assim, a tendência não é de convivermos com uma inflação de 10% ao mês, mas com taxas de inflação cada vez menores até o final do ano".

Mais otimista ainda estava o presidente da Adecif. Para ele, os grandes sinais de ativação da economia estão no interior do País. "Se sairmos dos grandes centros, mesmo para passear e formos para o Interior, veremos que não há clima psicológico negativo. Estão todos satisfeitos."

Na sua opinião, "a agricultura está possibilitando condições de consumo mais forte, não há mão-de-obra desocupada e há muito otimismo". Afirmando que "os sinais que existem de queda da inflação são profundamente verdadeiros e quem não acreditar nisso se vai prejudicar".

Atualmente, a população das grandes cidades enfrenta dificuldades. "Antigamente o nosso sistema financiava o valor total de um automóvel e hoje isso não ocorre mais. O consumidor atualmente toma a iniciativa de pedir apenas 30% ou 40% do valor total do carro, pois sabe que não tem capacidade de suportar o financiamento no valor global."

Telefones aumentam

Desde ontem as tarifas dos telefones — e das telecomunicações em geral — custam 19,49% mais caro. O preço de venda das linhas também foi majorado em 31,5%. Os últimos aumentos ocorreram em janeiro e foram de 38% e de 36% respectivamente. Com os novos índices fixados, o aumento acumulado das tarifas este ano é de 64,9% para os serviços e de 78,98% para a venda das linhas.

Com os novos aumentos, a assinatura básica nas capitais salta de Cr\$ 2.448,30 para Cr\$ 2.925,50 e, no Interior, passa de Cr\$ 2.137,70 para Cr\$ 2.554,40. O preço da tarifa básica de interurbano é agora de Cr\$ 684,00, enquanto a ficha telefônica — que custava Cr\$ 30,00 — passa a custar Cr\$ 36,00. O impulso excedente, que estava em Cr\$ 39,63, passa para Cr\$ 47,35.

A majoração das linhas fez com que, em São Paulo, um telefone residencial passe a custar Cr\$ 1,5 milhão e o comercial, Cr\$ 2,1 milhões. No Rio de Janeiro, o residencial custa Cr\$ 49 mil a mais que em São Paulo — Cr\$ 1.549.000,00 — e, o comercial, Cr\$ 2,2 milhões. Em Brasília, as linhas custam mais barato que nas outras capitais: Cr\$ 1 milhão o residencial e Cr\$ 1,5 o comercial.

Tarifas portuárias

As tarifas portuárias estão custando 15% a mais desde o último dia 1º em todos os portos do País, conforme autorização da Portobrás. Esse é o segundo aumento deste ano, que é considerado na companhia como um "complemento" do primeiro reajuste ocorrido em janeiro, fixado em 50%. Com a

"complementação", o índice acumulado deste ano já é de 72,5%.

Segundo os técnicos da Portobrás, os reajustes estão dentro do limite estabelecido pela Sest: não ultrapassam 97,7% do INPC (o INPC de janeiro foi de 74,8%). No ano passado, o reajuste acumulado das tarifas portuárias atingiu um mínimo de 118% e um máximo de 143% contra uma inflação de 211%. Esse valor máximo vigorou em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Paranaguá e complexo portuário do Espírito Santo. Esta diferenciação ocorreu porque, no último aumento de 1983, a Portobrás autorizou um mínimo de 14,7% e um máximo de 28%.

A Portobrás estuda a possibilidade de estabelecer tarifas diferenciadas para as diferentes modalidades de infra-estrutura existentes nos portos.

Custo de vida

Os três primeiros meses do ano registraram um aumento de 36,28% no custo de vida (índice de preços ao consumidor), em Porto Alegre, dos quais 14,66% só em março. Os dados são do Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Dos 204 itens, que fazem parte do índice, os que mais colaboraram para o aumento foram o repolho (132%), cebola (86%), cenoura (77%), tomate (54%), matrículas e mensalidades escolares (59%), vassouras (38%), ônibus urbano (36%), alface (37%), banha (23%), farinha de trigo (31%), álcool (27%), cigarros (20%), táxi (21%), batata inglesa (17,4%), feijão preto (19%), ovos (22%), aluguel de casa (17%), carne de galinha (16,5%), massas (15%), pão (15%) e biscoitos (15%).

Em Curitiba, a alta do custo de vida, em março, atingiu 8,82% e o acumulado do ano, até agora, soma 30,50%. A maior alta foi registrada no grupo "alimentação no domicílio", que contribuiu com 63% do aumento do índice global.

Os novos índices foram divulgados ontem pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, que registrou, para os últimos 12 meses, um acumulado de 190,65%, enquanto o acumulado nos 12 meses do período anterior foi de 121,54%, o que demonstra, segundo os técnicos, "a contínua perda do poder de compra que vêm sofrendo as famílias de Curitiba".